

Ex-ministro quer que governo mostre coragem ao não gastar

“Medida corajosa é não gastar” — diz o presidente do Banco Econômico e membro do Conselho Monetário Nacional (CMN), Angelo Calmon de Sá, ao opinar sobre a política econômica do governo Tancredo Neves. Segundo ele, o atual governo deixa para o próximo medidas na área fiscal que permitem, este ano, a geração de superávit de caixa do Tesouro suficiente para conter o crescimento real da dívida pública e baixar os juros para possibilitar a reativação da economia e ainda criar espaço para as obras sociais prometidas por Tancredo. Mas Calmon de Sá já avisa que os banqueiros não têm como dar contribuição adicional ao pacto social.

Apesar da ressalva de que “em economia, não há muito o que se criar”, o presidente do Econômico argumentou que o próximo governo terá grande margem de manobra para cumprir a programação monetária de expansão de apenas 60% este ano na oferta de moeda e chegar a dezembro com inflação à taxa anualizada de 120%, conforme promessa contida na sétima carta de intenções do País ao FMI.

Calmon de Sá discorda da opinião de Tancredo de que o atual governo deixa herança calamitosa. Observa que, apesar do déficit público e da inflação ainda permanecerem no “nível de calamidade”, o novo governo contará com a sua própria credibilidade e os instrumentos herdados para atacar a inflação desde o primeiro dia e obter grande reversão no processo inflacionário.

Ressalta que a essência do ajuste econômico está no superávit fiscal projetado de Cr\$ 42 trilhões, ao longo deste ano. Para alcançar esse saldo de caixa, Calmon de Sá lembra que, do lado da receita, pesará o aumento da arrecadação tributária — revista para Cr\$ 110 trilhões pelo atual secretário da Receita Federal e homem certo na administração Tancredo Neves, Francisco Neves Dornelles — mesmo com a pequena mudança na carga fiscal. O Tesouro também



Calmon de Sá

irá dispor das crescentes aplicações compulsórias dos bancos e dos investidores institucionais em títulos da dívida pública, além dos efeitos da reativação econômica na arrecadação de impostos.

Do lado das despesas, as pressões diminuirão sobre os cofres da União, em razão do fim dos subsídios creditícios, a retirada do crédito-prêmio do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) ao setor exportador e a conclusão das grandes obras. Estimativas da área financeira indicam que a cobrança de taxas de mercado no crédito rural e no financiamento às exportações reduzirão, este ano, em Cr\$ 14 trilhões os gastos do governo com os subsídios até então cobertos por transferências fiscais ou emissão de moeda.

Com a extinção do crédito-prêmio do IPI até abril próximo, Calmon de Sá prevê “uma loucura” de aumento na receita deste tributo. Segundo o representante dos banqueiros no CMN, a arrecadação adicional de IPI deve superar o equivalente a mais de US\$ 2 bilhões e chegar perto de Cr\$ 8 trilhões, à cotação do dólar em abril.

“As grandes obras também deixarão de gerar déficits fenomenais e algumas começarão a produzir receitas” — acrescenta Calmon de Sá, ao citar o término da construção de Itaipu, Tucuruí, Açominas e Tubarão. Bastante otimista, como ele mesmo confessa, diz que, com o reajuste salarial quase generalizado de 100% do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) e o au-

mento da oferta de emprego, até mesmo a Previdência Social pode caminhar para o equilíbrio financeiro.

Se tudo correr como espera o CMN, o Banco Central poderá mesmo receber Cr\$ 42 trilhões de recursos do Tesouro e destinar os Cr\$ 16,23 trilhões previstos na programação monetária para a cobertura dos juros das ORINs e LTNs o que permitiria o congelamento da dívida interna, em valores reais.

Sem crescimento real da dívida pública, Calmon de Sá não tem dúvida de que o governo vai ajudar a “puxar as taxas de juros para baixo”.

Argumenta ainda que a liberdade às operações de “open” trará outra contribuição para a redução do custo do dinheiro, superada a tendência altista inicial. Com as forças de mercado a favor, o presidente do Econômico diz que nem o firme cumprimento da meta de expansão monetária de 60% forçará o aumento dos juros.

Sempre jogando somente com os fatores positivos, Calmon de Sá observa que o Banco do Brasil também deixará de pressionar a programação monetária de 1985. Ao cobrar taxas de mercado em todas as suas aplicações, segundo o banqueiro privado, o Banco do Brasil poderá manter, por exemplo, o nível de assistência creditícia à agropecuária com o retorno de operações anteriores e mais encargos e não criará pressões sobre a oferta de moeda. Em consequência do controle da expansão monetária e tendência baixista dos juros, Calmon de Sá aposta na queda da inflação e reestímulo aos investimentos produtivos no País, mesmo sem a participação dos bancos no cogitado pacto social do governo Tancredo.

Após apresentar os aspectos positivos da política econômica como um todo, o presidente do Banco Econômico procura desfiar o rol de argumentos contrários à extensão de eventuais sacrifícios do pacto social aos bancos. Lembra

que o índice de lucratividade do sistema financeiro atingiu 2% do total dos ativos, na média dos dez anos anteriores a 1983, com picos de 2,5%. “Porém, no segundo semestre de 1984, os balanços das instituições financeiras devem refletir índice de lucratividade média de 0,6%” — afirma Calmon de Sá.

Para mostrar que os bancos também estão com os cintos apertados, cita o recolhimento compulsório de 50% sobre os depósitos à vista e de 22% sobre a captação remunerada, a concorrência do governo em “todos os lados”, a imposição de ORTN com correção monetária parcial para a cobertura de dívidas anteriores da Previdência Social e, principalmente, a cobrança antecipada de imposto de renda com as maiores alíquotas vigentes no País.

“Além de estar todo regulado pelo CMN e Banco Central, as instituições financeiras já dão contribuição muito grande à execução da política econômica. Então, a margem de manobra dos bancos para aceitar sacrifícios é mínima” — reitera Calmon de Sá, ao registrar ainda que, no caso do Econômico, os lucros do grupo virão, no fechamento dos balanços de 1984, das empresas não financeiras.

O membro do CMN ressalta ainda que, num País com inflação de mais de 220% ao ano, “todo mundo é especulador financeiro”, desde a empregada doméstica que aplica nas cadernetas ou “open” até as empresas privadas e do governo. Considera natural que todas as pessoas físicas e jurídicas procurem preservar o seu patrimônio da inflação e ainda destaca que a especulação financeira distorsiva está diminuindo. A especulação condenável partia daqueles que tomaram crédito a taxas fixas e torciam sempre por inflação crescente. Mas o volume remanescente de empréstimos a juros fixos foi drasticamente reduzido e os sócios da inflação estão desaparecendo” — diz Calmon de Sá.